

À Ilustríssima
Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SUSANA CORDEIRO GUERRA
susana.guerra@ibge.gov.br

CENSO 2021
LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A POPULAÇÃO LGBTI+

Nós, da Aliança Nacional LGBTI+, organização não governamental, sem fins lucrativos, temos como missão atuar na defesa e promoção da livre orientação sexual e identidade de gênero, bem como dos direitos humanos e da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e demais (LGBTI+).

Os levantamentos populacionais realizados no país desde 1892 e que no ano de 1938 passaram a ser de responsabilidade do IBGE, foram essenciais para os diversos avanços da sociedade brasileira nesses mais de 100 anos. Esses avanços só foram possíveis devido ao levantamento e à disponibilização das informações e estatísticas oficiais realizadas pelo órgão que evidenciam um retrato com profundidade da população brasileira e das suas características.

O trabalho desenvolvido pelo órgão é responsável por trazer à tona a realidade e as mudanças da sociedade brasileira de forma completa e imparcial, tal como expõe o próprio órgão em seus princípios: “É fundamental conhecer a distribuição territorial das pessoas e dos domicílios e suas principais características de modo a avaliar possíveis riscos humanos e ambientais”.

Além de serem fundamentais para a elaboração de políticas públicas eficientes, os dados produzidos pelo IBGE são utilizados largamente por empresas privadas, pesquisadores, universidades, OSCs e OSCIPs e pela sociedade civil de forma geral. Ao trazer luz, dados e números sobre uma sociedade tão diversa e desigual e, portanto, em constantes disputas, o IBGE se torna um importante instrumento de consagração do Estado de direito e da democracia.

O Censo Demográfico, que está em fase preparatória para ser realizado no ano de 2021, é considerado uma das maiores ações de coleta de dados da população brasileira.

Com periodicidade decenal, o Censo fornece dados cruciais sobre indicadores importantes em áreas como saúde, educação, segurança e trabalho. Também fornece os

dados necessários para realizar projeções demográficas e estimativas populacionais (acompanhar o crescimento, distribuição geográfica e mudanças das características da população ao longo do tempo).

O Censo possibilita a elaboração de políticas públicas direcionadas a áreas deficitárias, temas urgentes ou populações vulnerabilizadas, pois as informações coletadas podem servir tanto à população geral quanto a grupos específicos.

O caráter único e insubstituível desse levantamento de informações é, portanto, um instrumento fundamental e imprescindível para informar e conduzir as políticas públicas voltadas à população LGBTI+ no Brasil. O país possui dificuldades em estimar esta população e desenhar seu perfil e, sem o respaldo de dados oficiais, a escassez de informações dificulta a definição, elaboração e aprimoramento de políticas públicas específicas para essa população.

Importa destacar que o Estado brasileiro apresenta um histórico de ignorar a população LGBTI+. O Brasil é um dos países com os maiores índices de violências contra essa população, ao mesmo tempo, são parcas as ações governamentais voltadas a essa população específica. Não obstante, o cenário tem mudado nos últimos anos. Diversos direitos foram sendo conquistados, em sua maioria, através do Poder Judiciário, inclusive com a atuação ativa da Aliança Nacional LGBTI+ e aliados.

Destacam-se o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, em 2011, e a facilitação de sua conversão em casamento, em 2013; a conquista do direito das pessoas trans e travestis de promover a alteração de prenome e gênero sem a necessidade de processo judicial ou cirurgia de redesignação sexual; a criminalização da LGBTIfobia através da analogia aos crimes de racismo; a derrubada da normativa que proibia a doação de sangue de pessoas homossexuais unicamente em razão de sua sexualidade, entre outras.

Ao mesmo tempo, a sociedade passou a se mostrar mais aberta a discutir e respeitar a diversidade. A porcentagem da população que declara importante aceitar a homossexualidade cresceu de 61% para 67% entre 2013 e 2019 (Instituto Pew).

A comunidade LGBTI+ também tem exercido um impacto relevante em termos econômicos. Somente a parada LGBTI+ de São Paulo do ano de 2019 movimentou 190 milhões de reais. O Brasil também é apontado como o país da América Latina com o maior potencial para crescimento do turismo LGBTI+. Ainda em 2015 o potencial de compra da população LGBTI+ foi estimado em 419 bilhões de reais, correspondente a 10% do PIB daquele ano (dados obtidos pela Associação Brasileira de Turismo LGBT – ABTLGBT).

Importa destacar que as mudanças sociais promovidas pela maior representatividade da comunidade LGBTI+ dentro da sociedade não promovem apenas mudanças sociais e econômicas, mas também demográficas. As novas formas e arranjos familiares encontrados entre a

Av. Mal. Floriano Peixoto, 366, Cj. 43, Centro, 80010-130 - Curitiba-PR, Brasil

2º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, nº 9.072, Livro A5

CNPJ: 06.925.318/0001-60



41 3222 3999



aliancagbti@gmail.com



@aliancagbti



AliancaLGBTI



@Aliancagbti1



Aliança Nacional LGBTI

comunidade LGBTI+ são exemplos disso e os reflexos sociais não podem continuar sendo ignorados pelo Estado.

O IBGE realizou, em 2010, pela primeira vez, a contabilização dos casais homoafetivos no Censo. Também passou a incluir o questionamento na Pnad e na Pnad-contínua, mas as iniciativas de pesquisa e de apresentação de dados são ainda ineficientes. As informações referentes somente às pessoas que declararam possuir um cônjuge do mesmo sexo não torna possível detalhar o perfil da população LGBTI+, que representa um retrato social em um contexto específico.

Percebendo essa lacuna, em 2016, o IBGE anunciou que seria realizado primeiro levantamento da população LGBTI+ no país, porém, a notícia nunca se concretizou.

As poucas pesquisas e levantamentos relacionados à população LGBTI+ indicam a que a vulnerabilidade dessa população é profunda. Um levantamento feito pela Associação Europeia Transrespect envolvendo 72 países indicou que o Brasil foi responsável por 40% dos 2.600 assassinatos de pessoas trans nos últimos 10 anos. Segundo levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, em 2018 a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil era de apenas 35 anos, menos da metade da média nacional.

A falta de dados oficiais dificulta a repetição e confirmação dos resultados obtidos com as pesquisas e levantamentos também prejudica a verificação dos índices de outras violências LGBTIfóbicas, tornando difícil a implementação de ações de combate e identificação das violências.

A Aliança Nacional LGBTI+ acredita que é de suma importância a realização de um Censo que contemple amplamente todas as dimensões da população brasileira, de forma a enriquecer o debate público sobre diversidade sexual e identidade de gênero com dados confiáveis.

Por tais razões, se solicita informações sobre a viabilidade da inclusão de questões específicas para a obtenção de dados acerca da população LGBTI+ no Censo Demográfico de 2021.

No mesmo ato, nos colocamos à disposição em caso de dúvidas ou da elaboração de um plano de trabalho conjunto.

Curitiba, 23 de julho de 2020.



Toni Reis
Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+

Lucas Siqueira Dionísio
Colaborador da Aliança Nacional LGBTI+

Glauca Pereira do Nascimento
Geógrafa
Colaboradora da Aliança Nacional LGBTI+

Mateus Cesar Costa
1º Coordenador Adjunto da Área Jurídica da Aliança Nacional LGBTI+
OAB/PR 86.134